

WILLIAN VINÍCIUS MOREIRA

**A DETERMINAÇÃO DO DESEMPREGO E OS DIFERENTES CONCEITOS
TEÓRICOS DE NEOCLÁSSICOS E PÓS-KEYNESIANOS**

**Monografia apresentada ao curso
de Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

**Profª. Orientadora: Dayani Cris de
Aquino**

**CURITIBA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

WILLIAN VINICIUS MOREIRA

A DETERMINAÇÃO DO DESEMPREGO E OS DIFERENTES CONCEITOS TEÓRICOS DE NEOCLÁSSICOS E PÓS-KEYNESIANOS

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Evânio do Nascimento Felipe
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Emerson Leonardo Schmidt Iaskio
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 20 de novembro de 2008

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é colocar de modo claro a diferença de como o nível de emprego é determinado de acordo com a teoria neoclássica e a pós-keynesiana, para que se possam compreender as diferentes visões do desemprego. Para atingir este objetivo analisou-se, por um lado, os axiomas da teoria neoclássica, quais sejam, neutralidade da moeda, substituição bruta e ergodicidade e, por outro, os conceitos pos-keynesianos de preferência pela liquidez e incerteza. Conclui-se que a existência ou não de desemprego involuntário deve-se aos diferentes conceitos dos quais partem cada uma das teorias.

Palavras-chave: desemprego, neoclássicos, pós-keynesianos

ABSTRACT

The objective of this work is put clearly the difference in the way as the level of employment is determined by the neoclassical and post keynesian theory in order to understand the different visions of unemployment. To achieve this goal is considered one hand, the axioms of neoclassical theory, namely, neutrality of money, gross substitution and ergodicity, and secondly, the concepts of pos-keynesians liquidity preference and uncertainty. It follows that the existence of involuntary unemployment is due to different concepts of which depart each of this theories.

Key word: unemployment, neoclassical, post keynesian

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRAFICO 1 – OFERTA DE TRABALHO	14
GRÁFICO 2 – OFERTA DE TRABALHO	15
GRÁFICO 3 – EQUILIBRIO NO MERCADO DE TRABALHO NEOCLÁSSICO.....	15

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 AXIOMAS NEOCLÁSSICOS	7
2.1 NEUTRALIDADE DA MOEDA	7
2.2 ERGODICIDADE	9
2.3 SUBSTITUIÇÃO BRUTA	9
3 DESEMPREGO E DEMANDA EFETIVA	11
3.1 TEORIA CLÁSSICA DO EMPREGO	11
3.1.1 Demanda e Oferta de Emprego	13
3.1.2 Crítica de Keynes aos Postulados	16
3.2 DETERMINANTES DA DEMANDA EFETIVA.....	18
3.2.1 Oferta Agregada	19
3.2.2 Demanda Agregada	20
3.3 COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA	20
3.3.1 O Consumo.....	20
3.3.2 O Investimento.....	21
4 O CONCEITO DE INCERTEZA	24
4.1 DIFERENTES NOÇÕES DE PROBABILIDADE	24
4.1.1 Probabilidade como Aspecto do Mundo Real	25
4.1.2 Probabilidade como Aspecto do Conhecimento	25
4.2 RELAÇÃO ENTRE PROBABILIDADE E INCERTEZA	27
4.2.1 Probabilidade e Incerteza para a Hipótese das Expectativas Racionais	27
4.2.2 Probabilidade e Incerteza em Knight	28
4.2.3 Probabilidade e Incerteza para os Subjetivistas	29
4.2.4 Probabilidade e Incerteza em Keynes	29
4.3 EXPECTATIVAS DE LONGO PRAZO E TOMADA DE DECISÃO	31
4.4 CONVENÇÕES	32
5 O CONCEITO DE PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ	34
5.1 TEORIA CLÁSSICA DA TAXA DE JUROS.....	34
5.2 PROPRIEDADE DOS ATIVOS	35
5.3 MOTIVOS PARA RETER MOEDA	36
5.4 TEORIA DE KEYNES DA TAXA DE JUROS.....	37
6 INCERTEZA, PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ E DESEMPREGO	39
6.1 DEMANDA AGREGADA: CONSUMO E INVESTIMENTO.....	39
6.2 DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO	40
7 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas duas correntes de pensamento vêm dominando os debates no cenário econômico, os pós-keynesianos e os neoclássicos, essas correntes divergem sobre inúmeros pontos, e na questão do emprego isso não é diferente, a divergência conceitual sobre esse ponto é ampla e perpassa até mesmo a aceitação do desemprego involuntário, pelos pós-keynesianos e a rejeição desse conceito pelos neoclássicos.

Tendo em vista esse debate teórico, a divergência conceitual do desemprego, o objetivo desse presente trabalho visa colocar de modo claro a diferença de como o nível de emprego é determinado de acordo com essas duas correntes teóricas, para que se possam compreender as diferentes visões do desemprego.

O instrumental teórico que guiará o estudo será uma contraposição entre os pós-keynesianos e os neoclássicos, serão apresentadas as variáveis que influenciam a determinação do emprego na teoria neoclássica, e a argumentação oposta da teoria keynesiana, em especial na parte sobre a incerteza e a preferência pela liquidez.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo traz os axiomas da teoria neoclássica; o segundo abrange o desemprego e a demanda efetiva; no terceiro é discutido o conceito de incerteza; no quarto capítulo apresenta-se o conceito de preferência pela liquidez; no quinto capítulo discute-se como a incerteza a preferência pela liquidez e o desemprego estão relacionados, e por fim a conclusão.

2 AXIOMAS NEOCLÁSSICOS

Nas últimas décadas a ortodoxia econômica vem dominando os debates econômicos, e sendo amplamente difundida e aplicada pelos países ao redor do mundo. Os neoclássicos se incluem dentro da chamada ortodoxia econômica, e para construir toda a sua teoria adotam alguns pressupostos, que são tratados como axiomas ou postulados, aonde fundamentam toda a sua teoria. (DAVIDSON, 1999)

Para que se possa compreender de que maneira a ortodoxia constrói os seus modelos, e assim como os neoclássicos constroem toda a sua teoria, é de fundamental importância conhecer e compreender esses axiomas.

De acordo com Davidson (1999) esses axiomas são os postulados da economia clássica, quais sejam: a neutralidade da moeda, a ergodicidade do sistema econômico e a substituição bruta.

A seguir serão apresentados de maneira resumida esses conceitos com o intuito de embasar as futuras discussões.

2.1 NEUTRALIDADE DA MOEDA

Esse postulado diz que as variações monetárias têm o seu reflexo apenas nos preços, sem afetar as variáveis reais da economia, como a produção e o nível do emprego. Ela serve apenas como intermediária entre as trocas que são realizadas no sistema econômico (DAVIDSON, 1999).

Na lei de Say, Mollo (2004) diz que a moeda tem que ser vista "como algo não desejável por si mesma", para que não haja vazamentos dentro do sistema, e em consequência a lei de Say seja invalidada. Nesse sentido a moeda não possui valor por si só, ela serve apenas como meio de troca, servindo apenas como motivo transacional.

Isso é fundamental para que a lei de Say se sustente. Na lei de Say, é a oferta que cria a própria demanda "[...] o mesmo processo de produção que cria os

produtos (oferta) gera também rendas, ao pagar salários, lucros, juros, rendas fundiárias e aluguéis, rendas essas que serão responsáveis pela compra dos produtos (demanda).” Mollo (2004). Isso gera um equilíbrio no mercado tanto no lado da oferta como na demanda.

Para que esse equilíbrio se mantenha é necessário que não haja vazamentos dentro desse processo, pois isso levaria a problemas na parte real da economia, por exemplo, se houver entesouramento, isso faz com que haja uma superprodução levando assim a problemas reais como o desemprego, dessa forma o entesouramento não é visto como uma coisa racional, na medida em que a moeda não possui valor por si só, não faz sentido guardá-la. (MOLLO, 2004)

Já a teoria quantitativa da moeda (TQM) está relacionada com a lei de Say tendo em vista que também utiliza desses pressupostos para validar suas hipóteses. Tanto a neutralidade da moeda como a negação do entesouramento são fundamentais para embasar a TQM.

A negação do entesouramento é muito importante para manter a velocidade de circulação da moeda, tendo em vista que se houver entesouramento ocorre uma interrupção no fluxo da moeda, e isso altera a velocidade de circulação da moeda. (CORAZZA, 1996)

Já a neutralidade é um dos pressupostos utilizados para dar embasamento a função $P = f(M)$, que define que os preços (P) são definidos apenas pelas variações da moeda (M). Isso leva a dizer que a moeda afeta somente os preços, qualquer variação na sua quantidade tem reflexos apenas nos preços, no longo prazo as variáveis reais não são afetadas, apenas no curto prazo e de maneira transitória pode haver algum efeito da moeda sobre variáveis reais. (MOLLO, 2004)

Corazza (1996) afirma que a moeda na TQM é uma moeda sem qualidades:

“Ela não tem um conceito, pois em si mesma não é nada, ela não importa pelo que ela é, mas apenas pela sua quantidade. Em si mesma nada significa, não afeta as variáveis reais da economia, mas apenas pelo seu volume, pela sua quantidade. Em resumo, a TQM afirma que a moeda governa preços e só preços.”

Da mesma forma tirando momentos de ajustamento no curto prazo, a moeda não afeta variáveis reais.

“No longo prazo a moeda é um véu que não afeta a operação das forças econômicas reais. Observe que no curto prazo variáveis monetárias podem afetar variáveis reais. Mas, tal efeito só se verifica no período transitório de ajuste. No longo prazo a dicotomia clássica se faz presente.” (CORAZZA e KREMER, 2003).

2.2 ERGODICIDADE

O conceito de ergodicidade foi trazido da matemática, e ele significa que ao longo do tempo uma variável permanecerá estável, mais especificamente, “processo ergódico é o processo no qual o valor esperado de uma distribuição de probabilidades de uma variável pode ser sempre estimado a partir de suas observações passadas” (FERRARI e ARAÚJO, 2000).

De acordo com Ferrari e Araujo (2000) no processo de tomada de decisão o mainstream adota o chamado risco, que é uma situação de probabilidade mensurável, ou seja, os agentes econômicos analisam as variáveis, com base no seu passado, utilizando estimativas, que tem como referência cálculos probabilístico. Ele diz ainda que “o risco, por supostos probabilísticos, pode ser reduzido a certeza”. Dessa maneira o futuro é previsível, sendo ele confiável estatisticamente. E não gerando um processo de incerteza no presente.

Na hipótese de expectativas racionais os agentes não sabem o futuro, mais eles fazem previsões usando todas as informações possíveis, como informações do passado e indicações do presente, para fazer previsões que seriam “perfeitas”, ou seja, os erros nas probabilidades seriam desprezíveis, as probabilidades calculadas no presente seriam iguais a realidade futura. (AQUINO e PEREIRA, 2007)

2.3 SUBSTITUIÇÃO BRUTA

Assegura que os fatores de produção, como capital e trabalho, são perfeitamente substituíveis, ou seja, ocorre um ajuste automático de preços.

Função de demanda do bem 1, será uma função de preço tanto do bem 1 quanto do bem 2, se a demanda do bem 2 subir quando houver um aumento de preço do bem 1 isso determina que eles são bens substitutos, ou seja, se houver uma variação de preço em qualquer um dos bens acarretará em uma substituição pelo mais barato. (VARIAN, 2006).

Isso leva como diz Busato e Pinto (2008) “[...] a uma plena flexibilidade de preços e salários, no longo prazo, garante que as forças endógenas do sistema – movimento da oferta e da demanda – seriam capazes de levar a economia para um equilíbrio de pleno emprego.”

3 DESEMPREGO E DEMANDA EFETIVA

Uma das razões porque Keynes chamou a sua obra máxima, de teoria geral, vem do fato de ele tratar do emprego em todos os seus níveis, desde o pleno emprego até os mais variados níveis de desemprego. Diferentemente dos clássicos que no seu modelo só tratam da economia no estado de pleno emprego. (DAVIDSON, 1999)

Dessa forma Keynes (1996) desenvolveu toda a sua teoria do emprego em cima de críticas aos economistas clássicos. De acordo com Keynes os clássicos utilizaram-se de dois postulados para formular a sua teoria do emprego, e Keynes baseia a sua teoria em críticas a esses postulados.

Para que se possa compreender que crítica são essas, se faz necessário uma breve revisão de como os clássicos determinam o equilíbrio no mercado de trabalho. Feitas as críticas em seguida serão apresentados os determinantes da demanda efetiva, demanda essa que para Keynes define o nível de emprego da economia.

3.1 TEORIA CLÁSSICA DO EMPREGO

A teoria do emprego para os clássicos é igual a utilizada para bens e serviços, para os clássicos o emprego é visto como outra mercadoria qualquer, dessa forma ela segue as mesmas hipóteses utilizadas na formulação do mercado bens e serviços.

A primeira hipótese é a da utilidade marginal decrescente. Ela é a idéia de que o consumidor atribui utilidade menor às quantidades adicionais de um bem consumido. Então, na medida em que a quantidade consumida do bem aumenta, a satisfação do consumidor aumenta e ele vai atribuindo cada vez menor utilidade às unidades adicionais. (SHAPIRO, 1972)

A segunda hipótese é o comportamento econômico racional (maximizador) isso é a idéia de que os indivíduos se comportam como um Homo economicus, isto é, um indivíduo que, por meio do cálculo, sempre busca maximizar sua utilidade, sua renda, etc. (SHAPIRO, 1972)

A terceira hipótese é a existência de equilíbrio das variáveis econômicas. (SHAPIRO, 1972)

A quarta hipótese é a aceitação da Lei de Say: “a oferta cria sua própria procura”. A aceitação desta lei implica na negação da importância da moeda como reserva de valor, ou seja, a teoria neoclássica não incorpora essa importante função da moeda na análise econômica. (SHAPIRO, 1972)

Lei dos rendimentos marginais decrescentes, é a quinta hipótese, quando uma firma expande sua capacidade produtiva a quantidade total de mercadorias produzidas aumenta, ou seja, aumenta a produção. Entretanto, no curto prazo, existem fatores de produção que não podem ser facilmente aumentados (como o capital, por exemplo). Assim, o aumento da produção, mantendo-se um dos fatores produtivos fixos, implica em retornos decrescentes, ou rendimentos marginais decrescentes. Tome o exemplo de uma fábrica que produz roupas, onde existem cinco máquinas de costura e três costureiras. Se contratarmos mais duas costureiras a produção aumentará, pois duas máquinas estavam ociosas. Entretanto, se continuarmos contratando mais costureiras a produção poderá até aumentar, mas a taxas decrescentes. Isto é o que chamamos de lei dos rendimentos marginais decrescentes. (SHAPIRO, 1972)

Colocado as hipóteses básicas para a formulação dessa teoria vamos ver como formada a oferta e a demanda de emprego nos clássicos e de que maneira se dá o equilíbrio, e o principal como se determina o nível de emprego.

3.1.1 Demanda e Oferta de Emprego

A principal característica da demanda por trabalho é que ela é uma decisão das empresas, é o empresário que decide quantos trabalhadores contratar, e para tomar essa decisão ele faz uma comparação entre a contribuição do trabalhador no processo produtivo com o custo deste trabalhador, ou seja, sua remuneração. Quando a contribuição se iguala ao custo, então as empresas param de contratar. (SHAPIRO, 1972).

O Custo do trabalhador é o seu salário, já a contribuição do trabalhador no processo produtivo é a sua produtividade, mais especificamente, é a produtividade marginal do trabalho. Assim quando se aumenta a capacidade produtiva, mantendo um fator de produção fixo, incorremos na lei dos rendimentos decrescentes. Assim, se contratamos mais trabalhadores, sem aumentar o capital, a produtividade marginal deste trabalhador será decrescente. (SHAPIRO, 1972)

A condição de maximização da firma é contratar trabalhadores até o ponto em que o valor do produto marginal do último trabalhador ($VPmg_N = P \cdot Pmg_N$) seja igual ao salário nominal ou o que dá no mesmo a produtividade marginal do trabalho (Pmg_N) seja igual ao salário real (w/P), então:

$$P \cdot Pmg_N = w$$

$$Pmg_N = \frac{w}{P} \left. \vphantom{Pmg_N} \right\} \text{salário real}$$

Esta última igualdade entre produtividade marginal do trabalho e salário real constitui-se o *1º postulado da economia neoclássica* e implica que a função demanda por trabalho relaciona negativamente o salário real e o número de trabalhadores, conforme mostra a figura.

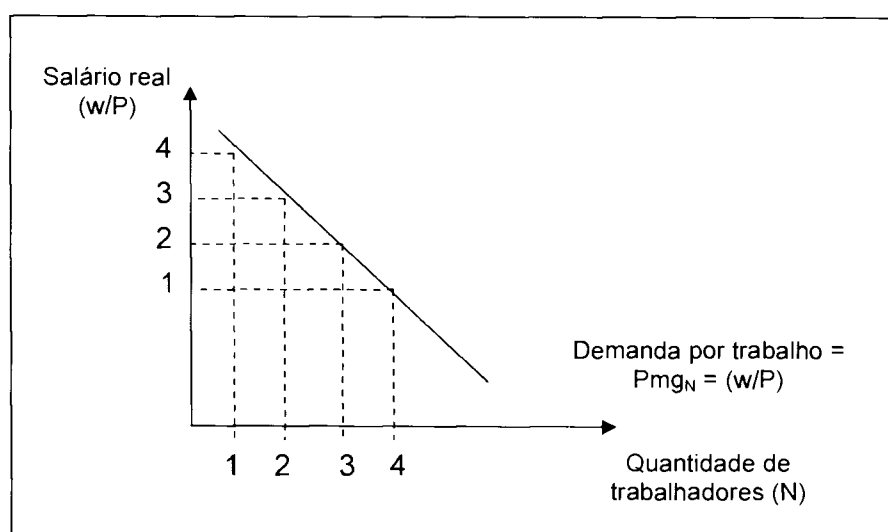


GRAFICO 1 – OFERTA DE TRABALHO
 FONTE: Elaboração própria

Já na oferta de trabalho a sua principal característica é que ela é uma decisão do trabalhador. O trabalhador toma a decisão de ofertar ou não o trabalho, escolhendo a melhor alocação de seu tempo entre trabalho e lazer.

Como o trabalho é uma desutilidade (um esforço ou um sacrifício) o trabalhador irá exigir, a cada hora de trabalho adicional, uma maior remuneração tendo em vista sua crescente desutilidade. Da mesma forma, o aumento do número de trabalhadores só se dá diante de remunerações crescentes.

A condição de maximização do trabalhador é a igualdade entre a desutilidade marginal do trabalho (DUm_{g_N}) e o salário real (w/P):

$$DUm_{g_N} = \frac{w}{P} \left. \vphantom{\frac{w}{P}} \right\} \text{salário real}$$

Esta igualdade entre a desutilidade marginal do trabalho e o salário real constitui-se no 2º postulado da teoria neoclássica.

Por isso, a função oferta de trabalho relaciona positivamente o salário real com o número de trabalhadores, como mostra a figura a seguir:

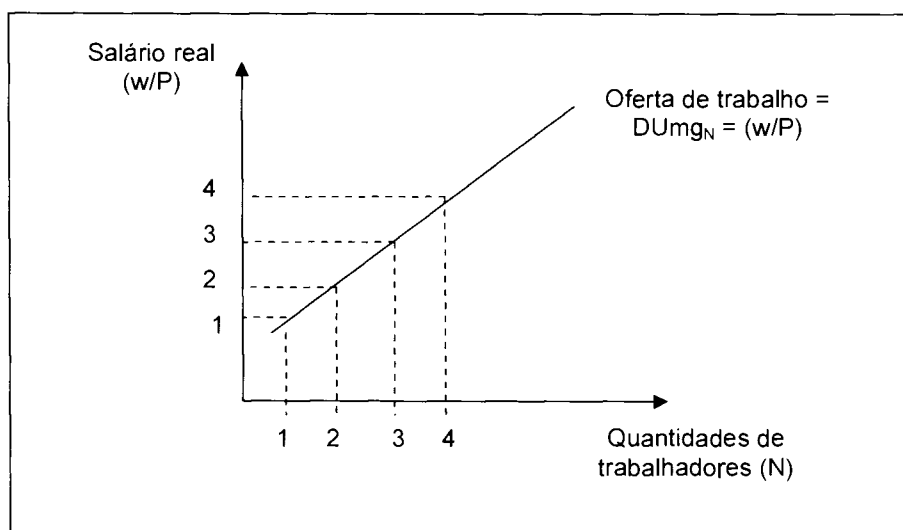


GRÁFICO 2 – OFERTA DE TRABALHO
 FONTE: Elaboração própria.

O equilíbrio no mercado de trabalho se dá, tal como no mercado de bens, quando a função oferta de trabalho se intercepta com a função demanda por trabalho, definindo, assim, o salário e o número de empregados do nível de equilíbrio, como mostra a figura a seguir:

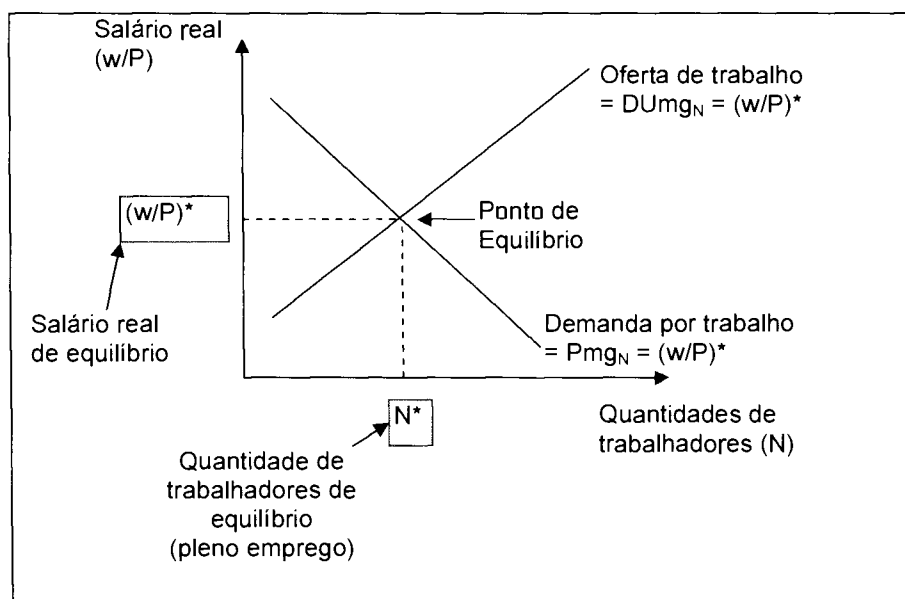


GRÁFICO 3 – EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO NEOCLÁSSICO
 FONTE: Elaboração própria

No ponto de equilíbrio do mercado de trabalho o trabalhador recebe um salário que compensa exatamente a desutilidade marginal do trabalho, deste nível

de emprego, e é também exatamente igual a contribuição marginal do último trabalhador contratado no processo produtivo.

3.1.2 Crítica de Keynes aos Postulados

Keynes na formulação da sua teoria do emprego começa tecendo críticas aos postulados clássicos.

O primeiro postulado que diz que “O salário é igual ao produto marginal do trabalho” Keynes (1996), é aceito por ele.

Já o segundo postulado “A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego.” Keynes (1996), é duramente criticado por ele.

Na visão Keynesiana esse segundo postulado explicaria o desemprego friccional¹ e o desemprego voluntário², pois ele permite que haja algum período de ajustamento do emprego, compatível com o desemprego friccional, e permite ainda, que os trabalhadores, por decisão deles, se recusem a trabalhar por um determinado salário, que seria o desemprego voluntário. (KEYNES, 1996)

Só que fica um grande problema, que é o desemprego chamado por ele de involuntário, que não é admitido na teoria clássica, ou seja, não existem trabalhadores que mesmo aceitando o salário de equilíbrio definido pelo mercado estejam desempregados. Todos os trabalhadores que aceitam o salário real de equilíbrio definido pelo mercado estão empregados. (KEYNES, 1996)

Para os clássicos esse tipo de desemprego não existe e isso caracteriza o pleno emprego, e esse pensamento de que a economia opera em pleno emprego é totalmente rejeitado por Keynes, Dillard (1986) diz que a situação normal do capitalismo para Keynes, é que o emprego esteja em um nível flutuante.

¹ Pertencem ao desemprego friccional aqueles trabalhadores que estão em fase de transição de um emprego para outro.

² Pertencem a este grupo aqueles trabalhadores que não aceitam os salários reais de equilíbrio definido pelo mercado e preferem ficar em casa destinando o seu tempo ao lazer do que trabalhar por baixos salários.

O desemprego involuntário na visão clássica, e tido como desemprego voluntário, na medida em que os trabalhadores não aceitam receber menos pra trabalhar, e eles defendem que se não houvesse imperfeições de mercado, como associações trabalhistas, ou intervenção estatal, o salário seria completamente flexível, e poderia cair a um nível mais competitivo que os empresários poderiam ofertar mais trabalho. (DILLARD, 1986)

Por discordar dessa visão Keynes faz duas críticas ao segundo postulado, a primeira refere-se ao comportamento efetivo do trabalhador, ele diz que

“Uma redução dos salários reais, devida a uma alta de preços, não acompanhada da elevação dos salários nominais, não determina, por via de regra, uma diminuição da oferta de mão-de-obra disponível à base do salário corrente, abaixo do volume de emprego anterior à alta dos preços.” (KEYNES, 1996).

Isso quer dizer, que mesmo havendo uma queda do salário real, através de um aumento da inflação com salários nominais constantes, isso não levará a uma queda na oferta de trabalho, os trabalhadores não ofertam menos trabalho quando seu poder aquisitivo cai.

A segunda crítica que ele faz a esse postulado é que:

“Ao supor que as negociações sobre salários determinam o salário real, a escola clássica descambou para uma hipótese arbitrária, pois os trabalhadores, em conjunto, não dispõem de nenhum meio de fazer coincidir o equivalente do nível geral de salários nominais expresso em bens de consumo com a desutilidade marginal do volume de emprego existente.” (KEYNES, 1996)

Ele quer dizer com isso, é que o trabalhador não pode comparar sua desutilidade marginal com o salário real, de modo maximizar sua utilidade, simplesmente pelo fato de que o trabalhador não é capaz de determinar o salário real. A teoria neoclássica não explica como o trabalhador pode definir o salário real se este envolve variáveis que ele não pode controlar, como nível de preços, por exemplo. Para Keynes (1996), o trabalhador luta por salários nominais. Assim, Keynes refuta a existência de uma curva de oferta de trabalho e, com isso, torna o modelo neoclássico indeterminado.

Com o modelo neoclássico indeterminado, Keynes pode estruturar a sua teoria do emprego, que contraria o princípio da lei de Say e diz que a demanda efetiva que define o nível de emprego.

3.2 DETERMINANTES DA DEMANDA EFETIVA

A idéia de que a economia está sempre no pleno emprego, para os clássicos esta baseada na lei de Say como diz Dillard “A aceitação do emprego total como a condição de uma economia de troca é justificada na teoria econômica clássica mediante a suposição de que a oferta cria a sua própria procura.” (DILLARD, 1986). Isso quer dizer que uma oferta adicional sempre é convertida em uma procura adicional, e esse processo leva sempre ao pleno emprego.

Para a teoria neoclássica a renda é que determina o consumo e a poupança, em suma e a renda que determina os gastos, tendo em vista que a poupança é considerada gasto. Ou seja:

$$Y = C + S$$

Sendo que o Y é a renda nacional, o C é o consumo e o S é a poupança. (CHICK, 1983)

A poupança é igual ao investimento ($S = I$), e para que isso ocorra é utilizada a taxa de juros, ela tem a incumbência de manter a poupança igual ao investimento, quando ocorre uma variação na poupança a taxa de juros se movimenta ate o ponto que se iguala a poupança e o investimento. (CHICK, 1983)

Keynes discorda de toda essa lógica, ele diz que são as decisões de gastos que determinam a renda, ou seja, ele inverte o sentido da lei de Say.

Assim:

$$Y = C + I$$

Assim, para Keynes o volume de emprego depende do nível de receita que os empresários *esperam* receber do correspondente volume de produção. Os empresários esforçam-se para fixar o volume de emprego em que *esperam* maximizar a diferença entre receita e o custo dos fatores. (SHAPIRO, 1972)

Dessa maneira Keynes (1996) diz que

“[...] volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas. Chamaremos demanda efetiva o valor de D no ponto de interseção da função da demanda agregada com o da oferta agregada.”.

Em última análise é a Demanda Efetiva que define o nível de emprego da economia. Para que se determine a demanda efetiva é necessário compreender como se é determinada a oferta e a demanda agregada na visão keynesiana.

3.2.1 Oferta Agregada

Keynes (1996) define a oferta agregada como “O preço da oferta agregada da produção resultante de determinado volume de emprego é o produto esperado, que é exatamente suficiente para que os empresários considerem vantajoso oferecer o emprego em questão.”.

A Função de Oferta Agregada $Z(N)$ indica o nível de renda necessária para induzir as firmas a determinar certo nível de emprego, em função dos custos de produção. (CHICK, 1983)

Quando a firma deseja produzir e, portanto, empregar mais, a produtividade marginal do trabalho se reduz e, assim, elevam-se os custos de produção (lei dos rendimentos marginais decrescentes). Portanto, para empregar mais a firma exigirá uma renda maior. Isso faz com que a forma de derivar a função de oferta agregada seja idêntica a maneira como se deriva a função oferta neoclássica. (SHAPIRO, 1972)

Como a função de oferta agregada depende fundamentalmente das condições físicas de produção, isto é, das condições técnicas de produção, e Keynes considerou essas condições como dadas, a função de oferta não determina

as flutuações no nível de emprego. Sendo assim, para Keynes o que determina essas flutuações são as variações na função de demanda agregada. (KEYNES, 1996).

3.2.2 Demanda Agregada

Keynes (1996) define a demanda agregada como:

“A função de demanda agregada relaciona determinado volume de emprego com o produto das vendas que se espera realizar desse volume de emprego. O produto das vendas forma-se pela soma de duas quantidades — a soma que será despendida em consumo quando o emprego está em certo nível e a soma que se destinará ao investimento.”

Assim a demanda agregada indica a renda esperada, do ponto de vista da firma, associada a cada nível de emprego, como diz Dillard “A curva de demanda agregada é uma curva dos rendimentos esperados da venda da produção resultante de diversas quantidades de emprego.”

Sendo a demanda agregada fundamental para se determinar o nível de emprego da economia é de fundamental importância, conhecer as duas quantidades que Keynes disse que a forma, o consumo e o investimento.

3.3 COMPONENTES DA DEMANDA AGREGADA

De modo simplificado, considerando uma economia fechada, pode-se dizer que a demanda agregada é formada pelo consumo das famílias, pelo investimento produtivo e pelos gastos do governo. A seguir serão discutidos os elementos consumo e investimento.

3.3.1 O Consumo

O consumo é uma função direta da renda, ou seja, o consumo depende do rendimento e da fração dele que é destinada aos bens de consumo.

Assim sendo:

$$C = f(Y) \rightarrow C = cY$$

A essa fração c damos o nome de “propensão marginal a consumir”. Supomos, sempre, que c varia entre zero e um, ou seja: $0 < c < 1$. A propensão marginal a consumir “é uma relação funcional que indica como varia o consumo quando varia o rendimento” Dillard (1986). Além da renda, a propensão marginal tem outros determinantes que em geral Keynes dividiu como, fatores objetivos³ e subjetivos⁴.

Keynes (1996) diz que embora os fatores objetivos possam variar essa variação não é de grande importância na definição da propensão marginal a consumir. Isso se repete com os fatores subjetivos na medida em que a distribuição da riqueza é determinada pela estrutura social mais ou menos permanente da comunidade, podemos igualmente considerar essa base um fator que só varia em ritmo lento e no curso de um longo período.

Dessa forma Keynes ao analisar o comportamento empírico da propensão marginal a consumir constatou que ele era mais ou menos estável no curto prazo, assim, estabeleceu que a variável consumo poderia ser considerada constante. Keynes (1996)

Keynes diz que “Admitindo, pois, que a propensão a consumir é uma função bastante estável, de maneira que, em geral, o montante do consumo agregado depende principalmente do montante da renda agregada”, assim sendo o consumo depende da variável renda.

3.3.2 O Investimento

“Investir significa produzir mais do que se consome de ordinário, e toma a forma de um acréscimo a riqueza acumulada.” Dillard (1986). Esse investimento

³ Na teoria geral Keynes (1996 pag.115) define principais fatores objetivos que influem na propensão a consumir são eles: a variação na unidade de salário; variação na diferença entre a renda e renda líquida; variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida; variações na taxa intertemporal de desconto; variações na política fiscal e modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda

⁴ Os fatores subjetivos são de cunho psicológico, histórico, cultural e etc. Keynes (1996)

significa o gasto de dinheiro em atividades produtivas que rendam lucro e não em atividades especulativas que rendam apenas juros.

Um princípio fundamental que Keynes diz é que quando o rendimento real de uma comunidade aumenta, aumentará também o consumo, porém menos que o rendimento. Em conseqüência pra que ocorra uma demanda suficiente para manter um aumento do emprego tem que haver um aumento no investimento real igual à diferença entre o rendimento e a demanda de consumo originada desse rendimento. (DILLARD, 1986)

Keynes (1996) diz que “o investimento vai variar até aquele ponto da curva de demanda de investimento em que a eficiência marginal do capital em geral é igual à taxa de juros do mercado”, isso quer dizer, que as decisões de investir são tomadas pela comparação da Eficiência Marginal do Capital (EMC) com a taxa de juros. Se a eficiência marginal do capital é maior do que a taxa de juros, então ocorre o investimento.

Keynes define a eficiência marginal do capital como “A relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção, dá-nos a *eficiência marginal do capital* desse tipo.”, assim sendo ela é a taxa que torna igual o preço de oferta de um bem e a renda esperada deste bem. (KEYNES, 1996)

O preço de oferta de um bem é o preço suficiente que faz o produtor produzir mais uma unidade, já a renda esperada é o direito sob o fluxo de rendas futuras que o possuidor da máquina espera obter enquanto durar esse bem de capital. (CHICK, 1983)

Note que a decisão de investir depende de um elemento expectacional (a renda esperada). Então, se o nível de emprego depende, em última análise, das decisões de investir, ele dependerá das expectativas futuras dos empresários com relação à renda esperada. (CHICK, 1983)

Da mesma maneira o investimento depende da taxa de juros, e esse depende de duas coisas, a preferência pela liquidez e a quantidade de dinheiro, e a preferência pela liquidez depende dentre outras coisas das expectativas dos agentes em relação ao futuro. Por isso é necessário entender como se formam as expectativas dos agentes em relação ao futuro.

4 O CONCEITO DE INCERTEZA

Keynes em suas obras sempre enfatizou a importância da incerteza sobre o futuro (DEQUECH, 2006). Esse é um dos aspectos principais que a teoria keynesiana se diferencia dos clássicos e neoclássicos.

O conceito de incerteza vai contra o axioma da ergodicidade defendido pelos neoclássicos. Para Keynes o futuro era totalmente incerto, ou seja, ele não acreditava que o conhecimento levasse a um cálculo probabilístico de como seria o futuro, para ele não há como mensurar uma distribuição de probabilidade que dê previsibilidade do futuro. (DAVIDSON, 1999)

Keynes (1996) no cap.12 da Teoria Geral examina os fatores que determinam a renda esperada de um ativo, ele diz que as expectativas de renda esperada dependem de dois fatores, os fatos presentes que se pode supor com mais ou menos certeza, e o outro fator foi o que ele chamou de estado de expectativa de longo prazo, que seriam os eventos futuros.

E são esses eventos futuros que para Keynes são incertos, mesmo que se possa determinar um julgamento de probabilidade subjetiva futura, ela não é plenamente confiável, pois depende do estado de confiança dos agentes.

Na economia Keynesiana e pós-keynesiana a incerteza é um elemento fundamental dentro de suas teorias, sendo de fundamental importância a sua compreensão.

4.1 DIFERENTES NOÇÕES DE PROBABILIDADE

Dequech (2006) diz que “o conceito de incerteza está em geral relacionado ao de probabilidade” assim é essencial entender as diferentes concepções de probabilidade, para que se possam compreender as diferentes definições de incerteza.

Dequech divide a probabilidade em dois grandes grupos com visões bem diferentes uma da outra: (i) Probabilidade como propriedade do mundo externo; e (ii) Probabilidade como propriedade do conhecimento. Para que se possa compreender como a teoria econômica trabalha com o conceito de probabilidade é necessário localizar as diferentes linhas teóricas, ou mesmo autores individuais, dentro destes dois grupos.

A seção 3.1.1 apresenta o conceito de probabilidade como propriedade do mundo real cujos principais expoentes são os novos-clássicos com a proposta da Hipótese das Expectativas Racionais e as contribuições de Frank Knight. Para completar a discussão, a seção 3.1.2 apresenta o conceito de probabilidade como propriedade do conhecimento cujos representantes são os teóricos subjetivistas e o trabalho de John Maynard Keynes em seu Tratado sobre a Probabilidade.

4.1.1 Probabilidade como Aspecto do Mundo Real

Neste primeiro caso, a probabilidade é concebida como uma propriedade do mundo material (real) ou como *objeto* do conhecimento, como algo externo à mente das pessoas. (Dequech, 2006). Dois grupos contemplam (ainda que implicitamente) essa visão de mundo: (i) Probabilidade na Hipótese das Expectativas Racionais (Lucas, Muth, *etc.*); e (ii) Probabilidade na visão de Frank Knight.

4.1.2 Probabilidade como Aspecto do Conhecimento

Outra forma de conceber o conceito de probabilidade é entendê-lo como propriedade do conhecimento, uma *forma* de conhecimento ou modo como as pessoas pensam o mundo. Isto se relaciona com o grau de crença que está na mente das pessoas (DEQUECH 2006).

Dequech (2006) diz que dois exemplos dentro desse grupo merecem atenção especial, o primeiro deles é a Teoria da probabilidade subjetiva (Teoria da

Utilidade Esperada: Frank Ramsey, Bruno de Finetti e Leonard Savage; Milton Friedman etc.); e o segundo destaque é a Teoria da probabilidade de Keynes.

De acordo com Lawson⁵ (*apud* Aquino e Pereira, 2007) para os autores subjetivistas a probabilidade é o grau de crença em uma dada proposição ou evento, mantida por um indivíduo real em algum ponto do tempo. Nesta teoria a probabilidade pode ser inferida a partir da disposição das pessoas de apostar na ocorrência de um evento ou na veracidade de uma proposição (Dequech, 2006).

Esta teoria requer probabilidades numéricas precisas e atribui probabilidade a qualquer evento ou proposição, mesmo sem repetição. Dequech (2006) explica essa forma de entender o conceito de probabilidade perguntando-se: quanto você pagaria, no máximo, por um papel (como um bilhete de loteria) que promete um prêmio de R\$ 100, se o evento x ocorrer, e nada se ele não ocorrer? E quanto você exigiria, no mínimo, para vender esses papéis se eles fossem seus? Se nos dois casos a resposta é um mesmo valor P , então $P/100$ é sua probabilidade subjetiva de ocorrência do evento x .

A segunda definição de probabilidade que merece destaque é a que Keynes utiliza Dequech (1999) a define como: “uma relação entre um conjunto de proposições (a) e outro conjunto de proposições (h), sendo esse segundo conjunto uma descrição de evidências disponíveis. A probabilidade é o grau de crença racional que se pode ter em, (a), dado (h).”, dessa forma vai existir uma relação de probabilidade se o conjunto de evidências (h) propiciar algum grau de crença racional em (a), e essa probabilidade ela não precisa ser numérica.

A probabilidade na visão de Keynes apresenta duas características: essa probabilidade raramente é mensurável, pois raramente o conhecimento de (h) implica no conhecimento de todas as possíveis conclusões h , a outra característica,

5 Referência completa de Lawson, T. Probability and Uncertainty in Economic Analysis. Journal of Post Keynesian Economics, fall, 1988, vol. XI, n. 1.

é que embora ela não seja mensurável, elas podem ser ordenadas CROCCO⁶ (*apud* Aquino e Pereira, 2007).

Assim, a diferença entre a teoria de Keynes e a visão subjetivista é que – embora ambos aceitem que a probabilidade existe apenas no nível do conhecimento ou da opinião – Keynes não acredita que a probabilidade é objetivamente determinada (AQUINO e PEREIRA, 2007).

4.2 RELAÇÃO ENTRE PROBABILIDADE E INCERTEZA

Apresentado os conceitos de probabilidade, pretende-se agora analisar como essas concepções influenciam a noção de incerteza. Dequech (1999) divide a incerteza em duas, a incerteza fraca e a forte. A incerteza fraca é marcada pela “[...] possibilidade de construir uma distribuição de probabilidades que seja ao mesmo tempo única, aditiva e plenamente confiável”. Definida por contraste com a incerteza fraca, a incerteza forte é marcada pela impossibilidade de construir uma distribuição de probabilidade única, aditiva e plenamente confiável.

A seguir serão relacionados os conceitos de probabilidade e incerteza, utilizando os quatro conceitos de probabilidade apresentados anteriormente, e vendo em qual tipo de incerteza, definido por Dequech (2006), elas se encaixam.

4.2.1 Probabilidade e Incerteza para a Hipótese das Expectativas Racionais

Os teóricos novos-clássicos podem ser incluídos no grupo da incerteza fraca, na medida, que eles introduzem arranjos probabilísticos no quais os parâmetros da distribuição são conhecidos e, assim, caracterizam isto como uma situação de incerteza. Como mostra o exemplo “uma situação de “demanda incerta” equivale a uma circunstância de “demanda estocástica”, segundo a qual a demanda por produtos muda aleatoriamente a cada período e sua previsão é possível. Assim,

⁶ Referência completa de Crocco, M. The Concept of Degrees of Uncertainty in Keynes, Shackle and Davidson. Texto para Discussão – CEDEPLAR/FACE/UFMG – Belo Horizonte – 2000.

para os proponentes da HER, incerteza corresponde a uma situação de conhecimento probabilístico determinado numericamente.” (AQUINO e PEREIRA, 2007)

Na hipótese de expectativas racionais os agentes não sabem o futuro, mais eles fazem previsões usando todas as informações possíveis, como informações do passado e indicações do presente, para fazer previsões que seriam “perfeitas”, ou seja, os erros nas probabilidades seriam desprezíveis, as probabilidades calculadas no presente seriam iguais a realidade futura. Isso difere um pouco dos velhos clássicos que utilizam modelos nos quais os indivíduos têm perfeita previsão do futuro determinístico. (AQUINO e PEREIRA, 2007)

Portanto, a incerteza, tanto para velhos como para novos-clássicos, não dificulta a tomada de decisão e por isso não se constitui objeto de discussão para esses teóricos.

4.2.2 Probabilidade e Incerteza em Knight

Para Vercelli⁷ (*apud* Aquino e Pereira, 2007) Knight faz uma distinção entre dois tipos de incerteza: uma variedade fraca – o risco, e uma variedade forte – a própria incerteza. Dequech diz que os casos de risco knightiano são marcados pela existência de probabilidades objetivas conhecidas. Essas probabilidades podem ser a priori ou estatísticas (frequências relativas). Já a incerteza se refere a eventos cuja distribuição de probabilidade não existe ou não é definida por falta de critérios de classificação.

Para Knight, incerteza corresponde a uma situação onde nenhuma probabilidade real, verdadeira ou objetivamente mensurável é possível. A concepção de uma probabilidade ou chance objetivamente mensurável é inaplicável. LAWSON (*apud* Aquino e Pereira, 1988).

⁷ Referência completa de Vercelli, A. *Methodological Foundations of Macroeconomics: Keynes and Lucas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

Portanto, para Knight a incerteza é um elemento que dificulta a tomada de decisão e, por isso, deve ser adequadamente tratada dentro da teoria econômica.

4.2.3 Probabilidade e Incerteza para os Subjetivistas

Como o nome indica essa teoria baseia-se em probabilidades subjetivas, ela dispensa a necessidade de probabilidades objetivas.

De acordo com Dequech (2006), para os subjetivistas existe incerteza sobre qualquer estado futuro do mundo. A lista de possíveis estados do mundo é exaustiva e predeterminada. Os agentes escolhem entre atos cujas conseqüências dependem de que estado decorre. Eles agem como se atribuíssem probabilidades numéricas precisas a todos os estados e maximizasse a utilidade esperada das conseqüências dos seus atos.

“A teoria da probabilidade subjetiva (ou pessoal), representada de forma típica pela abordagem bayesiana, argumenta que é possível atribuir probabilidades numéricas a virtualmente qualquer proposição ou evento.” (DEQUECH, 1999)

Assim, pode-se afirmar que a utilidade esperada subjetiva invalida a distinção feita por Knight, reduzindo toda incerteza a risco. Se a incerteza e o conhecimento probabilístico andam de “mãos dadas”, isto é, se a incerteza é uma situação de probabilidade numericamente mensurável, então, para os subjetivistas, ela não se constitui um elemento que dificulta a tomada de decisão. (DEQUECH, 1999).

4.2.4 Probabilidade e Incerteza em Keynes

Keynes foi um precursor no que se refere ao tratamento da incerteza no âmbito da teoria econômica. E, é a partir dessa perspectiva, que se encaixa o início das discussões sobre as relações da incerteza com as flutuações do investimento e da decisão pela liquidez. (FERRARI e ARAUJO, 2000).

Keynes associa incerteza não com conhecimento probabilístico, mas com ausência de conhecimento probabilístico. Incerteza corresponde a uma situação na qual probabilidades não são numericamente determinadas – ou mesmo comparáveis, em termos de mais ou menos, com outra relação de probabilidade. LAWSON⁸ (*apud* Dequech 1999).

Davidson (1999) diz que para uma teoria de probabilidade seja aplicável, deve-se assumir replicabilidade dos eventos nas mesmas condições de ocorrência. Agora, esta função de distribuição de probabilidade não pode ser definida, dado que todas as informações macroeconômicas que existem são, somente, uma parte finita de uma realização que é única.

Além da probabilidade outro fator importante é a noção de peso apresentada por Keynes, Peso tem a ver com a evidência em que a relação de probabilidade se baseia. (DEQUECH, 1999)

Para Keynes a conduta prática depende não apenas da probabilidade, mas também do que chama de peso do argumento ou peso da evidência. Keynes não define o peso de modo totalmente consistente. Numa acepção o peso representa o volume ou o tamanho da evidência relevante (a soma de evidência relevante favorável e desfavorável); numa outra acepção o peso é o grau de completitude da evidência relevante. (DEQUECH 2006)

De todo o modo, a referência na teoria geral ao peso da evidência indica que Keynes trata aí a incerteza como, resultante da escassez de evidências relevante. Na teoria geral, ele ressalta a extrema precariedade da base de conhecimento sobre a qual são construídas estimativas de rendimentos futuros de bens de capital. Isso pode ser traduzido como um peso muito baixo. (DEQUECH 2006)

Parece que a causa da indeterminação numérica, é a falta de evidência relevante. A falta de evidência é também o que está por trás do peso baixo, de modo

⁸ Referência completa de Lawson, T. Probability and Uncertainty in Economic Analysis. Journal of Post Keynesian Economics, fall, 1988, vol. XI, n. 1.

que os dois estão relacionados. Mesmo quando for possível formar um julgamento de probabilidade, ele não precisa ser sempre numérico, preciso, nem plenamente confiável. Pelo contrário, como o peso da evidência é baixo, as estimativas de rendimento de investimento serão formadas com uma confiança limitada. Na opinião de Dequech (1999) a incerteza em sentido forte em Keynes é relacionada com a impossibilidade de estabelecer, de modo confiável, probabilidades numéricas com baixo peso.

4.3 EXPECTATIVAS DE LONGO PRAZO E TOMADA DE DECISÃO

Um grande problema surge, quando Keynes diz que o futuro não pode ser previsto probabilisticamente, como os agentes econômicos tomam decisão em meio a um ambiente incerto? (AQUINO e PEREIRA 2007).

No capítulo 12 da Teoria Geral, Keynes discute um dos fatores a determinar a renda esperada de um ativo – as expectativas de longo prazo. A renda esperada do ativo vai influenciar a eficiência marginal do capital, que por sua vez vai influenciar o volume de investimento. (FERRARI e CONCEIÇÃO 2001).

Como vimos anteriormente, a decisão de investir depende, de um elemento expectacional que é a renda esperada de um ativo, essa renda se baseia, como diz Keynes (1996), em parte, por fatos existentes no presente que podem ser conhecidos com um relativo grau de certeza e, em parte, eventos futuros que podem ser previstos com um menor grau de certeza.

Essa expectativa de longo prazo depende muito do aspecto psicológico dos agentes, a expectativa psicológica em relação a eventos futuros que podem afetar o retorno dos investimentos, que Keynes chamou de “estado de expectativa de longo prazo”, é de fundamental importância na decisão de investir, como o futuro é incerto para Keynes, o estado de confiança para os agentes é fundamental. (KEYNES, 1996)

Ele diz que o “estado da expectativa a longo prazo”, que serve de base para as nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da confiança com a qual fazemos este prognóstico — na medida em que ponderamos a probabilidade de o nosso melhor prognóstico revelar-se inteiramente falso”, dessa forma como o futuro é incerto, como se da a tomada de decisão de investir? (KEYNES, 1996)

Keynes responde essa pergunta falando que os agentes fazem constantes reavaliações dos seus investimentos, e utilizam de convenções para realizar isso, e formar as suas expectativas que serão cruciais na tomada de decisão.

4.4 CONVENÇÕES

Keynes sempre destacou que a base de conhecimento sobre a qual a tomada de decisão é realizada, é muito precária. “O nosso conhecimento dos fatores que regularão a renda de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desprezível. Se falarmos com franqueza, temos de admitir que as bases do nosso conhecimento para calcular a renda provável dentro de dez anos de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, a aceitação de um produto farmacêutico, um navio transatlântico ou um imóvel no centro comercial de Londres pouco significam e, às vezes, a nada levam.” (KEYNES, 1996)

Se essa base é muito precária como os agentes tomam as suas decisões, de que maneira eles formam as suas expectativas para tomar essa decisão?

Para responder isso Keynes (1996) apresenta no capítulo 12 da Teoria Geral o conceito de convenção. As expectativas seriam baseadas em convenções, aqui entendidas como: (i) a prática de assumir que a situação existente irá continuar indefinidamente, a não ser que existam fortes razões para esperar o contrário; (ii) a prática de considerar as avaliações correntes de mercado, como as corretas avaliações relativas ao conhecimento existente; (iii) a prática de copiar o

comportamento da maioria que se encontra em situações semelhantes. Ou seja, o investidor estaria decidindo acerca de que curso seguir baseado em julgamentos qualitativos e não quantitativos. CROCCO⁹ (*apud* Aquino e Pereira 2007).

⁹ Crocco, M. The Concept of Degrees of Uncertainty in Keynes, Shackle and Davidson. Texto para Discussão – CEDEPLAR/FACE/UFMG – Belo Horizonte – 2000.

5 O CONCEITO DE PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ

Esse conceito é basicamente a idéia de que por alguns motivos, as pessoas preferem a liquidez, ou seja, preferem a sua renda em forma líquida. Essa preferência pela liquidez é um conceito que vai totalmente contra, a teoria clássica, isso se dá por dois motivos, o primeiro deles é que para os clássicos isso é impossível, tendo em vista que a moeda é vista apenas como um intermediário nas relações econômicas, sendo dessa, maneira impensável a acumulação de dinheiro na forma líquida, por outro motivo, esse entesouramento derrubaria a lei de Say. (MOLLO, 2004).

A segunda razão é que a preferência pela liquidez está relacionada de maneira direta as expectativas do futuro, e em consequência à incerteza, ela varia dependendo das expectativas com o futuro, isso vai totalmente contra aos clássicos, porque para eles o futuro é probabilisticamente calculável, e sendo assim previsível. (DAVDSON, 1999)

Para Keynes a preferência pela liquidez e a quantidade de moeda são os elementos que determinam a taxa de juros. Nesse capítulo será apresentado como os clássicos e o keynesianos definem a sua taxa de juros.

5.1 TEORIA CLÁSSICA DA TAXA DE JUROS

A tradição clássica supõe que a taxa de juros é o fator que equilibra a procura dos investimentos com a oferta para a poupança. O investimento representa a procura de recursos disponíveis para investir, a poupança representa a oferta de recursos disponíveis, e a taxa de juros é o “preço” dos recursos investíveis que torna essas duas quantidades iguais. Ou dito de outro modo, sendo juros o preço pelo uso do capital pago em qualquer mercado, tende a estabelecer-se a um nível de equilíbrio no qual a procura global de capital é igual ao capital total que se obterá a

essa taxa, ou seja, montante de investimento a essa taxa seja igual ao montante de poupança à mesma taxa. (KEYNES, 1996)

A teoria clássica expressa a idéia trivial de que todo ato de poupança faz descer a taxa de juro de modo a que automaticamente estimula-se a produção de capital e que cada ato adicional de investimento faz subir necessariamente a taxa de juro, a menos que se verifique uma mudança na propensão a poupar. O ajustamento da taxa de juro é um fenômeno auto-regulador que opera sem necessidade de nenhuma intervenção especial ou de cuidados por parte da autoridade monetária. (KEYNES, 1996)

“Em termos gerais, verificaremos que elas condicionam a taxa de juros à interação entre a curva da eficiência marginal do capital e a propensão psicológica a poupar. A taxa de juros seria o fator de equilíbrio que estabelece a igualdade entre, de um lado, a demanda de poupança resultante do investimento novo que pode ser realizado a determinada taxa de juros e, de outro lado, a oferta de poupança, suprida essa taxa pela propensão psicológica da comunidade a poupar.” Keynes (1996)

5.2 PROPRIEDADE DOS ATIVOS

Keynes define que os ativos possuem três propriedades básicas:

A primeira delas é a propriedade da quase-renda ou a capacidade do ativo de gerar uma renda, receita menos custos operacionais, designado pela letra q.

“Esta capacidade está diretamente relacionada à demanda efetiva pelo ativo. Quando a firma está em processo de decisão, ela deve considerar a demanda efetiva futura por aquele ativo, ou pelos produtos do ativo, no caso do mesmo ser um ativo de capital cuja operação resultará em produtos destinados à venda”. (DALTO e ESTEVES, 2000)

A segunda propriedade são os custos de manutenção, inclusive os financeiros, designados pela letra c. A aquisição dos ativos deve ser financiada, em geral, através de empréstimos a terceiros de forma que haverá pagamento de juros e amortizações periódicas pela manutenção do ativo em carteira. (DALTO e ESTEVES, 2000)

Já a terceira e última propriedade é um prêmio de liquidez, que decorre da “conveniência e segurança” de se manter um ativo no portfólio. Segundo Chick (1983), a liquidez tem três dimensões: “uma probabilidade, um preço e um período

de tempo. O ativo perfeitamente líquido tem uma probabilidade igual a um de realizar o seu valor integral imediatamente”. Liquidez é um atributo do ativo ligado à flexibilidade de transformar-se em outro ativo qualquer. O prêmio pela liquidez é um valor implícito, atribuído por cada agente a cada ativo, e não representa qualquer direito sobre o produto final. (DALTO e ESTEVES, 2000)

5.3 MOTIVOS PARA RETER MOEDA

Keynes (1996) no cap. 13 da Teoria Geral faz uma pergunta muito interessante:

“dado que a taxa de juros nunca é negativa, por que alguém preferiria guardar sua riqueza de forma que renda pouco, ou nenhum juro, a conservá-la de outra que renda algum (supondo, naturalmente, neste estágio que o risco de perda é igual tanto para um depósito bancário quanto para uma obrigação)?”.

Ele responde essa pergunta através da existência da incerteza, ele diz que se fosse possível prever com certeza todas as taxas de juros que iriam dominar o futuro, não haveria motivo para reter moeda, a não ser para movimentações imediatas, pois seria uma insensatez ficar com o dinheiro e não obter nenhum rendimento extra, sendo que a renda no futuro seria “garantida”, tendo em vista que a taxa de juros seria previsível. (KEYNES, 1996)

Dessa forma Keynes diz que há três motivos para reter moeda:

“(i) o motivo transação, isto é, a necessidade de moeda para as operações correntes de trocas pessoais e comerciais; (ii) o motivo precaução, ou seja, o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de certa parte dos recursos totais; e (iii) o motivo especulação, isto é, o propósito de obter lucros por saber melhor que o mercado o que trará o futuro.” (KEYNES, 1996)

O motivo transação é para uso de transações correntes, Keynes (1996) então admite que “[...] vale a pena sacrificar, até certo ponto, alguma quantidade de juro pela conveniência da liquidez”, já os outros dois motivos estão totalmente relacionados com a incerteza.

O motivo precaução refere-se ao desejo de segurança que as pessoas têm como o futuro não pode ser previsto, as pessoas abrem mão de um possível rendimento futuro, para ter a segurança que a liquidez oferece, pois se algo

inesperado acontecer elas estará de certa maneira protegidas. E o motivo especulação, utiliza dessa incerteza para obter lucros, os agentes por supostamente conhecer melhor o que o mercado futuro trará, utiliza-se disso para tirarem proveito, e obterem lucro. (CHICK, 1983)

A preferência pela liquidez é fundamental na teoria dos juros de Keynes tendo em vista que para ele a taxa de juros, e a recompensa da renúncia à liquidez, essa teoria será apresentada a seguir.

5.4 TEORIA DE KEYNES DA TAXA DE JUROS

Keynes (1996) diz que um indivíduo depara-se com dois conjuntos de decisões para efetivar plenamente suas preferências psicológicas temporais, a primeira decisão se refere à escolha entre consumo e poupança. A segunda decisão se refere à forma na qual deverá manter a parte não consumida de sua riqueza.

Decidido quanto da renda será reservado para o consumo futuro, a maneira que se manterá a parte da renda não consumida, seja ela na forma de comando imediato na forma de dinheiro ou comando deferido na forma de aplicação de títulos, definirá o grau de preferência pela liquidez. (CIPOLLA, 2006).

Como a poupança por si só não gera juros, quando alguém acumula suas economias sob a forma de dinheiro líquido, não ganha juro, Keynes argumenta que a taxa de juros não pode ser o preço que iguala poupança e investimento essa é a grande diferença entre Keynes e os clássicos na teoria dos juros. (CIPOLLA, 2006)

Keynes (1996) define a taxa de juros como sendo

“a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado, pois a taxa de juros não é, em si, outra coisa senão o inverso da relação existente entre uma soma de dinheiro e o que se pode obter desistindo, por um período determinado, do poder de comando da moeda em troca de uma dívida.”, ou seja, ela é “o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível.”

A quantidade de moeda é o outro fator que determinam a taxa de juros, se a taxa de juros se reduz a quantidade de moeda agregada que o público desejaria

conservar excede a oferta de moeda disponível, agora se houvesse uma aumento da taxa de juros, haveria um excedente de moeda que ninguém estaria disposto a reter.

"[...] se a recompensa da renúncia à liquidez se reduzisse, o montante agregado de moeda que o público desejaria conservar excederia a oferta disponível e que, se a taxa de juros se elevasse, haveria um excedente de moeda que ninguém estaria disposto a reter. Se esta explicação for correta, a quantidade de moeda é outro fator que, aliado à preferência pela liquidez, determina a taxa corrente de juros em certas circunstâncias." (KEYNES, 1996)

Tendo em vista que a quantidade de moeda é constante no curto prazo, a teoria da taxa de juros é fundada nas expectativas e depende da noção de cada um a respeito do que consideram a taxa segura ou normal de juros em relação à qual podem balizar suas expectativas quanto aos movimentos futuros da taxa corrente de juros. (CHICK, 1983)

A causa das variações na taxa de juros está no motivo especulação. O montante de dinheiro retido com o fim especulativo depende da expectativa de variação no valor dos ativos financeiros. Como a variação no valor dos ativos financeiros depende por sua vez da expectativa de variação da taxa de juros, em última análise as variações da taxa de juros são explicadas pelas expectativas de variações nas taxas de juros. (CHICK 1983)

6 INCERTEZA, PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ E DESEMPREGO

Já visto alguns dos principais pontos da teoria econômica keynesiana, nessa seção será feita relação desses conceitos pra deixar claro o que na visão de Keynes influencia de maneira direta o nível do emprego.

A seguir será analisado, de maneira resumida como, se forma essa demanda agregada, o que para Keynes determina o nível de emprego, e quais os papéis da incerteza e da preferência pela liquidez no processo de determinação do emprego.

6.1 DEMANDA AGREGADA: CONSUMO E INVESTIMENTO

Como foi visto o que determina o emprego para Keynes é a demanda agregada, são as variações dela que definem o nível de emprego na economia. Ela é formada por dois gastos, que são os dispêndios em consumo e investimento.

O consumo em suma depende da propensão marginal a consumir e da renda. A propensão marginal a consumir, define quanto da renda será designado ao consumo, Keynes afirma que no curto prazo essa propensão se mantém estável, fazendo com que também o consumo seja estável.

Sendo assim o investimento torna-se a variável que mais importa na definição da demanda agregada e conseqüentemente no nível de emprego. Em outras palavras, o emprego não pode aumentar sem que aumente o investimento. Esse investimento significa o gasto de dinheiro em atividades produtivas que rendam lucro e não em atividades especulativas que rendam apenas juros.

O investimento é definido pela relação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros. Numa situação de variação da taxa de investimento, esta desce ou sobe segundo a relação estabelecida entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juro.

A eficiência marginal do capital para Keynes é uma relação entre o custo para produzir uma unidade a mais de um tipo particular de bem de capital, e o quanto o investidor espera receber por esse bem, ou seja, a renda esperada desse bem.

Keynes define que são três os motivos que levam as pessoas a reter moeda em forma líquida os motivos transação; precaução e especulação. Dois desses motivos estão fortemente relacionados com o conceito de incerteza, o motivo precaução tendo em vista que as pessoas não conhecem o seu futuro guardam dinheiro para se precaver contra mudanças inesperadas. E o outro motivo relacionado à incerteza, e o especulação.

Quanto maior a incerteza percebida pelos agentes, maior tenderá a ser a retenção de moeda por parte dos mesmos. Assim, a taxa de juros deixa de ser o prêmio pela abstenção do consumo e passa a ser o prêmio pela renúncia à liquidez. Portanto, na teoria de Keynes a taxa de juros depende da preferência pela liquidez e da oferta de moeda. Na medida em que, a quantidade de moeda é dada como fixa no curto prazo, isso leva que a determinação da taxa de juros seja feita pela preferência pela liquidez.

Quanto à incerteza, já se sabe que para os pós-keynesianos ela é uma situação onde os tomadores de decisão não podem se pautar por cálculos probabilísticos e que por este motivo a moeda é desejada como forma de manter a liquidez e enfrentar o futuro que é incerto. Mas, qual é o impacto de tudo isso sobre os problemas econômicos? Que conclusões podemos tomar acerca do desemprego, por exemplo, se considerarmos na nossa análise que o futuro é incerto e que os agentes têm preferência pela liquidez?

6.2 DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO

Dado que o mundo é não-ergódico, os agentes não podem maximizar suas funções utilidades e logo o equilíbrio no mercado de trabalho fica comprometido.

Com isso o desemprego precisa ser explicado pela variável principal de Keynes que é o investimento e todo o resto que o determina.

Sendo o futuro incerto, os agentes tomam decisões baseados em convenções e estas são influenciadas pelo estado de confiança da economia, supondo um estado de confiança pessimista isso afetaria a preferência pela liquidez. Aumentando a preferência pela liquidez comparativamente à oferta monetária haverá um aumento da taxa de juros. Aumentando a taxa de juros comparativamente à eficiência marginal do capital haverá uma queda nos investimentos.

Sendo os investimentos a variável mais importante na definição das flutuações da demanda agregada, isto implica em queda da demanda agregada e, por consequência queda no produto e no emprego. Portanto, a existência de desemprego involuntário pode ser explicada com base na existência destes dois elementos: a incerteza com relação ao futuro e a preferência pela liquidez. Além disso, estes dois elementos dão espaço para um papel ativo do Estado na economia, seja pela via da complementação da demanda, seja por meio de mecanismos de coordenação do mercado que reduzam as incertezas acerca do futuro, construindo um ambiente que assegure um clima de otimismo para os agentes.

Essa visão é totalmente contrária a dos neoclássicos, para eles como o mundo é ergódico, os agentes são capazes de calcular o futuro probabilisticamente e com isso maximizar suas funções utilidade fazendo possível um equilíbrio no mercado de trabalho e, portanto, não deixando espaço para a existência do desemprego involuntário.

7 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi tentar colocar de modo claro a diferença de como o nível de emprego é determinado de acordo com a teoria pós-keynesiana e a teoria neoclássica, para que se pudesse compreender as diferentes visões do desemprego.

A teoria neoclássica baseia-se em três axiomas para formular sua teoria de emprego, e defender que não existe o desemprego involuntário. O axioma da neutralidade da moeda, afirma que a moeda não afeta variáveis reais da economia; o axioma da substituição bruta diz que com a plena flexibilização de preços, forças endógenas, levariam a economia para o pleno emprego, mas o axioma principal que fundamenta a discussão é a ergodicidade. Este axioma pressupõe a possibilidade de cálculos probabilístico sobre o futuro, tornando possível, portanto, que tanto firma como trabalhadores maximizem suas preferências através de funções de utilidade. Isto faz com que ocorra o equilíbrio no mercado de trabalho de modo que não existe desemprego involuntário.

Em contrapartida a teoria pós-keynesiana baseia sua teoria na relação entre preferência pela liquidez e incerteza. Ao contrário dos neoclássicos, o mundo econômico é considerado não-ergódico e, portanto, os agentes não conseguem facilmente maximizar suas funções utilidades. A partir disso, o desemprego depende fundamentalmente da variável investimento e esta relaciona-se às variáveis eficiência marginal do capital e taxa de juros. Contudo a taxa de juros depende fundamentalmente da oferta da moeda, que é dada como constante no curto prazo, e da preferência pela liquidez, e esta depende da incerteza futura. Sendo assim, para pós-keynesianos há espaço para a existência de desemprego involuntário.

Conclui-se, com isso, que cada uma das correntes de pensamento estudadas compartilha de explicações diferentes para o mesmo fenômeno, qual seja, o desemprego, pois partem de concepções teóricas e metodológicas distintas,

evidenciando a necessidade da Ciência Econômica aprofundar debates de caráter epistemológicos e metodológicos a fim de conseguir explicações mais consensuais sobre os fenômenos econômicos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, D. e PEREIRA, W. (2007) **A incerteza e seus impactos sobre a tomada de decisão numa perspectiva pós-keynesiana: A importância do agente empreendedor e da crucialidade no sistema econômico.** In: X Encontro de Economia da Região Sul, 2007, Porto Alegre. Anais do X Encontro de Economia da Região Sul - PUC-RS, 2007.
- BUSATO, Maria Isabel e PINTO, E. C. **Uma perspectiva reducionista da revolução keynesiana: a síntese neoclássica.** *Análise Econômica (UFRGS)*, v. 50, p. 111-139, 2008.
- CHICK, Victoria (1983). **Macroeconomia Apos Keynes: Um Reexame Teoria Geral.** Rio de Janeiro: Forense Universitária 1983
- CIPOLLA, F.P. (2006). **Contribuição Para uma Crítica Marxista da Teoria da Preferência pela Liquidez.** *Revista de Economia*, v. 32, n. 2 (ano 30), p. 95-111, jul./dez. 2006. Editora UFPR.
- CORAZZA, G. (1996) **O monetarismo ou a negação da moeda.** *Economia Em Revista, Maringá*, v. 5, n. 1, p. 59-72, 1996.
- CORAZZA, G. ; KREMER, Rodrigo L. (2003) **Friedman e o Monetarismo: a velha Teoria Quantitativa da Moeda e a moderna Escola Monetarista.** *Análise Econômica*, 2003.
- DALTO, F.A.S. e ESTEVES, L.A. (2000). **Keynes e Kalecki: Convergências sobre as teorias do investimento e da distribuição da renda.** Textos para discussão Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/textos.htm>> Acesso em: 10/10/2008.
- DAVIDSON, D. (1999). **Colocando as evidências em ordem: macroeconomia de Keynes versus velho e novo keynesianismo.** In: **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea.** Editora Campus. Rio de Janeiro: 1999.
- DEQUECH, D. (1999). **Incerteza num Sentido Forte: Significado e Fontes.** In: **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea.** Editora Campus. Rio de Janeiro: 1999.
- DEQUECH, D. (2006). **Incerteza em Keynes. Prova escrita apresentada no concurso de efetivação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).** Campinas: 2006.
- DILLARD, D. (1986). **A Teoria econômica de John Maynard Keynes.** Pioneira. 5° Ed. São Paulo: 1986
- FERRARI FILHO, F. e ARAUJO, J.P. (2000) **Caos, Incerteza, e Teoria Pós-Keynesiana.** Texto para Discussão n° 2. UFRGS, Porto Alegre: 2000

FERRARI FILHO, F. e CONCEIÇÃO, Octavio A.C.(2001) **A Noção de Incerteza nos Pós-Keynesianos e Institucionalistas: Uma Conciliação Possível?**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 11, p.99-122, 2001.

KEYNES, J. M. (1996) **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Nova Cultural. São Paulo: 1996.

MIRANDA, L. (1991) **Os Postulados (Neo)Clássicos do Emprego e a Determinação dos Salários em Keynes**. Revista de Economia Política, vol. 11, nº 4 (44), outubro-dezembro 1991

MOLLO, Maria L.R. (2004) **Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: A Questão da Neutralidade da Moeda**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº3 (95), julho-setembro 2004.

MOREIRA, R.R. (2005) **A “Derrota da Lei de Say”:** Elementos Teóricos Fundamentais e Algumas Implicações Metodológicas e Dinâmicas. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro pág. 411-431, maio-agosto 2005.

SHAPIRO, Edward (1972) **Análise Macroeconômica v. I e II**, Atlas, São Paulo 1972

VARIAN, H.R. (2006) **Microeconomia: Princípios Básicos**. Campus 7ª. Ed. Rio de Janeiro, 1999.